

Horizontes em ação no Estágio de Educação Social: Reaproximação à praxis em tempos de pandemia

Renata Ferreira

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto

Isabel Timóteo¹

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
inED - Centro de Investigação e Inovação em Educação

RESUMO

O Estágio de Educação Social constitui uma oportunidade fundamental de formação em contexto e de desenvolvimento de uma praxis necessária para o desenvolvimento dos grupos e das comunidades. Adequado aos tempos presentes, e limitado por esse mesmo tempo, em plena pandemia, assumiu-se o Estágio como uma oportunidade de ampliar olhares e pensamentos, com um sentido mais reflexivo e crítico, capaz de se projetar em ações renovadas. A partir de um caminho progressivamente mais consciente, que reivindicou um questionamento permanente acerca das orientações teórico-metodológicas da Educação Social e dos desequilíbrios do mundo que nos rodeia, aproximamo-nos da compreensão de uma realidade que, durante a crise pandémica, sujeitou grupos minoritários a um agravamento das situações de desigualdade e de exclusão social. Fez-se um caminho que, na sua essência, pretendeu aproximar-se das pessoas e dos seus territórios para, no coletivo, dar visibilidade às suas vozes, construir alternativas e transformar realidades. Um caminho de reflexão e de ação, permeado por momentos distintos de proximidade e de afastamento, que veio a traduzir-se em aprendizagens muito significativas.

Palavras-chave: Educação Social; Estágio; Coletivo; *Praxis*; Crise pandémica.

ABSTRACT

The Social Education Internship is a fundamental opportunity for training in context and for the development of a praxis necessary for the development of groups and communities. Adequate to the present times, and limited by this time, during a pandemic, the Internship has been assumed as an opportunity to broaden one's outlook and thoughts, with a more reflexive and critical sense, capable of projecting itself into renewed actions. Starting from a progressively more conscious path, which demanded a permanent questioning of the theoretical-methodological orientations of Social Education and the imbalances of the world around us, we are approaching the understanding of a reality which, during the pandemic crisis, subjected minority groups to a worsening of situations of inequality and social exclusion. A path has been taken that, in its essence, has sought to approach people and their territories in order, in the collective, to give visibility to their voices, to build alternatives, and to transform realities. A path of reflection and action, permeated by distinct moments of closeness and distance, which came to be translated into very significant learning.

Keywords: Social Education; Internship; Collective; *Praxis*; Pandemic crisis.

¹ Endereço de contacto: isabeltimoteo@ese.ipp.pt

1. Introdução

Parte-se para este artigo da experiência refletida a partir do Estágio da Licenciatura em Educação Social que enfrentou no ano letivo de 2019/2020 uma crise pandémica sem precedentes.

A Associação onde foi desenvolvido o Estágio, sediada no distrito do Porto, intervém no domínio da inclusão social de pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, de pequena dimensão, que organiza a sua ação a partir do desporto adaptado e da dança inclusiva – designada a partir de então como *dança para todos*, de acordo com as narrativas dos próprios sujeitos – com base no contributo de voluntários de várias áreas de formação e que apoia cerca de sete pessoas.

O grupo com quem se desenvolveu o projeto de Estágio, o grupo da dança, era constituído por 6 participantes, com idades compreendidas entre os 25 e os 58 anos, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino. Privilegiando a metodologia de Investigação-Ação Participativa, como bússola que guiou todo este percurso, foi possível aproximarmo-nos das realidades dos participantes: das suas histórias e narrativas, sonhos e projetos. A par de um percurso marcado pela conjugação da investigação e da ação alicerçada num processo reflexivo e crítico, estar em projeto fez sentido quando nos permitimos percorrer caminhos significativos para as pessoas, desejar o futuro no presente encorajando a assumir as possibilidades do agora e avançar no desconhecido com a convicção de que o que não foi ainda alcançado poderia vir a alcançar-se. Como veremos, partiu-se para o projeto com o pensamento de que é bom mudar e sentir que se muda, porque a descoberta de novas lentes de leitura do mundo e de novos ensaios de mudança são sinónimo de esperança num futuro melhor.

No presente artigo apresenta-se uma parte de um percurso de Estágio que ficou marcado por desafios e aprendizagens. Desafios e aprendizagens que não se construíram apenas durante o Estágio presencial, mas alargaram-se para um exercício ético de reflexão sobre os impactos da crise pandémica e sobre o posicionamento ético em relação a algumas coordenadas que são fundamentais para a nossa ação enquanto profissionais do trabalho social e educativo. Estas aprendizagens projetam-nos, para além da reorientação da ação presente, para um pensamento mais enquadrador e amplo da situação social e do trabalho social.

Num primeiro momento daremos conta daquele que foi o trajeto construído na Associação, destacando a metodologia adotada e um projeto que, construído a partir de uma dimensão coletiva, viu suspenso o seu desenvolvimento operatório, perante a crise pandémica. A reorientação da formação e do Estágio é apresentada numa segunda parte e discutida a partir da importância da praxis e da matriz metodológica da Educação Social. Na terceira parte, a análise sobre os impactos da crise pandémica e sobre as condições de agravamento da situação social de setores em situação de maior vulnerabilidade, catapultam-nos para horizontes de um mundo melhor, em grande medida animados pelas reflexões e discussões que floresceram no coletivo. Segue-se uma quarta e última parte, onde se resgatam compromissos éticos, valores e perspetivas que precisam de ser urgentemente recuperados, em coerência com a perspetiva de Educação Social que aqui se defende.

2. Sonhos projetados a partir de um sentido coletivo

Partindo de uma perspetiva de Educação Social transformadora (Barros & Choti, 2014; Timóteo & Bertão, 2012) de forte pendor educativo e humanista, o Estágio desenvolvido na Associação mostrou que é possível caminharmos, de forma honesta e comprometida, numa ação conducente à dignidade de cada ser humano. A integração gradual das estagiárias na Associação pautou-se pelo envolvimento ativo e colaborativo nas rotinas da instituição, por encontros com os indivíduos noutros espaços e tempos da sua vida, sempre ancorada na construção de uma relação baseada no respeito e na valorização do outro, o que permitiu construir um conhecimento amplo e participado que desvelou receios e problemas, mas também projetos e sonhos.

A par deste posicionamento de genuína valorização dos sujeitos, refletiu-se sobre a importância de um/a estagiário/a ter uma certa humildade associada ao processo coletivo de construção de conhecimento. Reconhecer que estar no terreno e estar em projeto é partir para o desconhecido com a certeza de que vamos levantar alguns véus, sem pretensões de conhecer tudo e todos, mas chegando à realidade por partes

(Machado Pais, 2002). Reconhecer que vamos aprender a aprender com os outros (Lima, 2003), numa perspetiva de uma educação crítica, coletiva e recíproca (Freire, 1972). Reconhecer que este processo ocorre num campo de inúmeras possibilidades porque sendo participado e coletivo, não se ‘controla’ e não se legitima pelo mero cumprimento da planificação. O Estágio desafiou-nos a aumentar a nossa própria confiança metodológica na Investigação-Ação Participativa, antes e depois da pandemia. Considerando que esta metodologia envolve um processo em que a investigação e a ação estão intrinsecamente interligadas, é necessário conhecermos aprofundadamente a realidade de determinado contexto para conduzirmos coletivamente uma ação que vise a transformação (Fals-Borda, 1999; Lima, 2003). Parte-se, assim, da cultura e dos recursos locais, das histórias, potencialidades, desejos, preocupações e necessidades das pessoas que vivem e sentem aquela realidade. De um conhecimento que se constrói de ‘dentro para fora’, pretende-se envolver os sujeitos nos seus próprios caminhos de mudança, num processo investigativo, reflexivo e educativo. Trata-se de uma metodologia desafiante a vários níveis, exigente na consciência da necessidade de partilhar com as populações as responsabilidades nas tomadas de decisão, no imperativo de encorajá-las na sua própria leitura do mundo. Fazê-lo é possibilitar que as pessoas reflitam e questionem a realidade em que se encontram, se tornem mais conscientes da mesma e, conseqüentemente, se sintam mais capazes para se emanciparem e serem construtores da sua própria vida (Lima, 2003). Acresce ainda a importância de nesta metodologia ser desejável que todos os participantes estejam conscientes do que está a ser feito e a razão pela qual está a ser feito (McNiff, 2002, citado por Tripp, 2005), permitindo que se envolvam e participem de forma consciente neste processo. A metodologia aqui refletida abraça uma flexibilidade curiosa, na medida em que não se rege por um caminho definido como certo e único, mas adaptado às diferentes características dos sujeitos e do próprio contexto. Assim sendo, implica que haja um questionamento autocrítico do nosso posicionamento e uma abertura à mudança para que consigamos, no coletivo, (re)construir novas formas do presente, sempre reclamando um profundo sentido ético da ação dos/as educadores/as sociais: “as dimensões crítica, transformadora e reflexiva tanto da Educação Social quanto da metodologia de Investigação-Ação Participativa implicam uma contínua atenção e vigilância ética dos seus sentidos e das suas práticas” (Veiga, Timóteo, & Monteiro, 2020, p.35).

A análise da realidade foi marcadamente pautada pela recolha e análise, individual e coletiva, das histórias e narrativas dos sujeitos, na identificação de desejos e necessidades, de preocupações e de potencialidades. O crescente envolvimento dos indivíduos neste processo de reflexão sobre a sua realidade, os vários momentos de diálogo que se proporcionaram permitiram conhecer e compreender as suas necessidades e perspetivas. Foi o cruzamento de distintas técnicas de recolha de dados – tais como a observação participante, a entrevista semiestruturada, os grupos de discussão e as conversas intencionais, bem como a análise documental – que contribuiu para uma análise ampla e plural. Ao longo do tempo foi ficando inteligível para o coletivo (estagiárias, voluntários e pessoas com incapacidade) que estes últimos desejavam estreitar laços com a comunidade, conhecer, conviver e dançar com outras pessoas. Fervilhava uma necessidade de expressar o que sentem e pensam acerca das suas realidades e do mundo, nomeadamente no que respeita aos preconceitos que a comunidade tem relativamente às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, acompanhado de uma enorme vontade de os desconstruir. Aliando a vontade de saírem da sua zona de conforto e de serem eles próprios os agentes de mudança social no que respeita à inclusão e à igualdade social, ao prazer com a dança e ao desejo de dançar com ‘outros’, a *dança para todos* passou a ser o nosso projeto. A *dança para todos* refletiria corpos dançantes que traduzem sentimentos, pensamentos, características singulares e únicas (Rossi & Munster, 2013). Enquanto expressão do reconhecimento das diferenças e do destaque da riqueza que existe na diversidade humana (Vieira & Tavares, 1997, citados por Santos, Gutierrez, & Roble, 2018), representaria a troca de diálogos e histórias que despertam o sentido humanista. Um sentido que não se prenderia a padrões, mas abriria caminhos para a mudança de pensamento e da ação. Deste sonho partiu-se, assim, para o desenho do projeto de Educação Social, com a consciência de que já estávamos em projeto: os meses iniciais de construção de relação entre todos/as, também através da dança, e de reflexão conjunta sobre o mundo coletivo já nos tinha conduzido a um lugar de participação, de projeção de sonhos e de ação. Uma possibilidade lançada visava aproximar este grupo a estudantes do ensino superior do Porto e de expandir por esta via a *dança para todos*.

Este projeto, que teve como principais intervenientes as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, apresentou-se como uma proposta de transformação pessoal de cada um dos sujeitos, mas sobretudo de

transformação de uma sociedade que populariza a desigualdade social, a exclusão e os estereótipos duradouros. Simbolizou o alcance dos sonhos projetados, a voz coletiva que hasteava a bandeira da mudança traduzida na luta pela inclusão e pela igualdade social, cujo objetivo incidiria na vontade e ambição conjunta de contribuir para que a comunidade fosse capaz de refletir sobre os preconceitos que possui face à deficiência e/ou incapacidade, de desconstruí-los e de compreender e viver *a dança para todos*.

A dança, o diálogo, os meios digitais (computador), e por fim, os transportes públicos, surgiram como veículo para a concretização da ação educativa a desenvolver com todos os participantes e para o alcance do sonho dos mesmos. O diálogo e a dança foram as principais ferramentas educativas da coconstrução do conhecimento e da ação. Permitiram avançar na partilha de intersubjetividades e levar a que os sujeitos se sentissem mais capazes de reconhecer os seus direitos, de concretizarem os seus sonhos e de agirem para a mudança de uma realidade que também lhes pertence.

Apesar deste sentido de projeto nos impulsionar para continuarmos a fazer caminho, o estágio foi interrompido no momento em que se tomavam decisões conjuntas sobre as ações concretas. Com a pandemia, suspendeu-se o desenvolvimento operativo do projeto de Educação Social, interromperam-se os projetos da Associação e vimo-nos impedidas de desenvolver o sentido inclusivo e igualitário da *dança para todos*.

3. A praxis na reorientação da formação e do Estágio

Perante uma pandemia que abalou o mundo sem aviso-prévio, e ao abrigo das medidas de segurança sanitárias decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS), surgiu a necessidade de nos afastarmos fisicamente do contexto de Estágio e das pessoas que o integram. Em simultâneo, foi suspenso o funcionamento dos projetos da Associação, tal como os Estágios presenciais da Licenciatura, deixando um projeto na incerteza de continuar a fazer sentido para as pessoas. As vidas de todos/as estavam suspensas, abaladas pela incerteza, pelo medo do vírus e do desconhecido.

A suspensão presencial do Estágio e das aulas contrastou com uma intensificação de contactos *online* no âmbito das aulas de Seminário de Educação Social e das orientações tutoriais, espaços de reflexão crítica e de debate coletivo, a partir de então sobre a situação pandémica, sobre os impactos sociais junto da população e de grupos sociais específicos, e sobre o sentido e os rumos dos estágios. As diferentes experiências dos grupos de estágio continuavam a cruzar-se num sentido de aprendizagem e de dimensão coletiva, enfrentando desde então os desafios do ensino à distância.

A nova situação social impunha o redirecionamento da reflexão e da aprendizagem para a situação emergente, para a compreensão profunda dos impactos da crise e das condições em que vivem os diferentes grupos sociais durante a crise pandémica. Os/as educadores/as sociais, enquanto profissionais da *praxis*, cientistas sociais e *intelectuais transformadores* – na aceção de Giroux (1997, citado por Mariano & Lima, 2017) – reclamam um sentido crítico face ao que se passa à sua volta, às possibilidades transformadoras do contexto social e à necessidade de inscrever a ação num pensamento esclarecido, para que seja possível desvendar as “armadilhas ideológicas que legitimam as desigualdades sociais” (Giroux, 1997 citado por Mariano & Lima, 2017, p.265).

Durante o estágio, a progressiva constatação de que os grupos mais vulneráveis foram ficando mais desacompanhados, bem como a preocupação com a invisibilidade destes grupos (Santos, 2020), impeliu-nos para uma ação de certo modo comprometida com o bem-estar e a qualidade de vida do grupo da Associação, em particular, mas também de todos os outros grupos.

O afastamento físico com as pessoas da Associação foi dando lugar a um contacto *online* com algumas delas, através das redes sociais (*Facebook*). Este contacto partiu da genuína preocupação em saber como é que as pessoas se encontravam, com o intuito de percebermos como poderíamos reorientar a ação. Como se sentiam, o que pensavam acerca da pandemia, da suspensão dos projetos da Associação e do projeto de Educação Social que estava em marcha. Conscientemente, a busca de renovadas formas de contacto não poderia ser expressão de uma recolha de dados motivada por necessidades académicas. Não eram estas as referências antes da pandemia, não iriam sê-lo nesta fase. O afastamento em relação ao grupo da Associação suscitava uma enorme vontade de saber como estavam, que não poderia confundir-se com curiosidade, nem poderia determinar só por si o rumo do restabelecimento dos contactos. Iam ficando claras as motivações de

um Estágio de Educação Social que enfrentou tempos pandémicos. No essencial, e do ponto de vista ético e metodológico, basicamente as mesmas que norteavam o Estágio antes da pandemia: considerar as pessoas em primeiro lugar, o seu contexto e as suas necessidades, canalizar energias para uma ação informada e consciente que seja significativa para as pessoas e que seja transformadora, colocando o projeto ao serviço das pessoas e nunca o contrário. Conforme escreve Hugo Monteiro (2019, p.66) “sem pessoas dentro, sem a energia atuante que brota delas próprias, não há *projeto* e não há *metodologia de projeto*”, este foi talvez o grande desafio enfrentado ao longo do Estágio em tempo de confinamento: continuar a respeitar os pressupostos da Educação Social e do seu sentido de projeto, adequando a reflexão e a ação aos tempos presentes, num caminho progressivamente mais consciente de que era necessário combater a tendência de afastamento e, deste modo, resistir ao abandono dos grupos mais vulneráveis.

O contacto *online* com algumas pessoas da instituição, entretanto intensificado, permitiu abraçar as possibilidades do presente e avançar no desconhecido com a sensação de que não há certezas, caminhos únicos e certos, mas oportunidades e novas formas de pensar o presente. As tecnologias, mais concretamente as redes sociais, tornaram-se o grande aliado do ser humano nesta altura profundamente marcada pelo isolamento e pelo distanciamento social, permitindo pensar em novas formas de trabalho e de sobreviver a elas. Contudo, as condições desiguais de acesso a equipamentos - sociais, económicas, familiares, habitacionais e logísticas - não escondem a desigualdade no contacto *online*. No período de estágio desenvolvido durante o confinamento, o contacto com algumas das pessoas por esta via permitiu conhecer e compreender as perspetivas daqueles que têm tido menos visibilidade no espaço público, e que têm tanto direito a contar a sua história presente como outras pessoas. Construíram-se momentos de partilha das suas realidades em tempo de pandemia, com destaque para as mudanças que ocorreram na vida de cada um, da visão que tinham acerca da Covid-19, das saudades dos projetos desenvolvidos na instituição e essencialmente de saírem à rua, de conversarem, de conviverem e de estarem em contacto próximo com as outras pessoas. Cansados/as de estarem em casa, afastados/as da família alargada e de amigos, mais afastados/as ainda do espaço coletivo que os/as ligava aos/às outros/as, estávamos perante um grupo de pessoas que se sentia tão ou mais isolado, comparativamente ao período pré-pandemia, fazendo ecoar as palavras de Boaventura de Sousa Santos (2020, s.p.):

as limitações que a sociedade lhes [às pessoas com deficiência e incapacidade] impõe fazem com que se sintam a viver em quarentena permanente. Como viverão a nova quarentena, sobretudo quando dependem de quem tem de violar a quarentena para lhes prestar alguma ajuda? Como já há muito se habituaram a viver em condições de algum confinamento, sentir-se-ão agora mais livres que os «não-deficientes» ou mais iguais a eles?

Esta partilha transcendeu as suas realidades mais próximas, cruzava-se com a vontade de saber como estávamos nós, estagiárias, como estava a correr o nosso curso. Tomaram por várias vezes a iniciativa de nos contactar e cada contacto parecia ligar-nos uns aos outros, por vezes na partilha de banalidades do dia-a-dia, tão importantes porque não se nega o valor do quotidiano no fortalecimento do laço social. Compreende-se, assim, que a relação de proximidade e de confiança, construída ao longo do tempo em que nos encontramos fisicamente com as pessoas, foi o ingrediente fundamental para que os muros da tecnologia não se tornassem intransponíveis. Mesmo assim, ao longo das várias conversas estabelecidas com os indivíduos pelo *facebook* foi notória a dificuldade de se perceber, de forma clara, o que era dito; em explicar o que se pretendia dizer e sobretudo de compreender o que vai para além das palavras escritas. Se, pessoalmente, tínhamos a oportunidade de sentir o outro, de interpretar a linguagem corporal, de atender ao tom de voz, o contacto *online* tornou-se um grande obstáculo, sobretudo quando a expressão oral não é a principal forma de comunicação. Inibidor do amplo potencial de expressão e de comunicação humana, o contacto *online* deu lugar a ausências de partilhas, a silêncios, a más interpretações e a um maior afastamento da realidade do outro. O que sente, pensa e vive quem está do outro lado da rede social, da tela do computador ou do ecrã do telemóvel? Não se trocam facilmente relações pessoais por relações digitais.

Ao longo deste percurso formativo, foi evidente a constante preocupação dos vários grupos de estágio com as pessoas e os seus contextos, as suas realidades, histórias, pensamentos e sonhos projetados. Permanecia

o desejo de continuar a manter o contacto, de conhecer e de dar a conhecer as suas realidades, apesar do distanciamento que se impôs.

Mobilizando as aulas de Seminário de Educação Social como o grande palco de partilha das diferentes experiências de estágio, de reflexão crítica e de debate coletivo, questionávamos a inevitabilidade do afastamento físico, o mundo em que vivemos e o que é preciso fazermos para caminhar para um mundo diferente. Aproximamo-nos de um novo desafio: partir para um pensamento mais amplo e enquadrador acerca do mundo em que vivemos e de algumas coordenadas que precisam de ser urgentemente recuperadas e enraizadas na nossa forma de vida.

4. (Re) Olhar o Mundo

A crise pandémica que vivemos veio acentuar ainda mais as situações de desigualdade, de exclusão e de exploração a que os grupos minoritários têm vindo a ser sujeitos (Carmo, Tavares, & Cândido, 2020; Santos, 2020). Em Portugal e pelo mundo fora, são gritantes as evidências de um panorama geral de agravamento das desigualdades, que veio evidenciar que são precisamente as pessoas mais vulneráveis do ponto de vista das desigualdades sociais as mais afetadas pela pandemia:

Quando no início do ano de 2020 a pandemia Covid-19 se disseminou no planeta, encontrou a sociedade humana mundial com um panorama de desigualdades sociais muito acentuadas. São desigualdades sociais múltiplas: económicas, educativas, de género, étnico-raciais; desigualdades no trabalho, nas liberdades, nos direitos, de cidadania, e outras. Além de múltiplas, essas desigualdades interligam-se entre si, de formas complexas, por vezes paradoxais, e produzem várias injustiças sociais e diversos tipos de discriminações. No conjunto, não são congruentes com padrões de civilização aceitáveis nos tempos atuais. (Costa, 2020, p.4)

Os grupos que já estavam em situação de grande vulnerabilidade social vivem a cruel agudização dos problemas. As pessoas com deficiência e/ou incapacidade, que enfrentam a exclusão, a discriminação e a desigualdade social há séculos (Santos, 2020), enfrentaram, com a pandemia, a suspensão de vários serviços e apoios importantes (Sic Notícias, 11 de dezembro de 2020). Dados recentes do Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos (ODDH, 2020) relatam um “impacto muito expressivo” da pandemia na vida das pessoas com deficiência e dos cuidadores: redução e suspensão de apoios de assistência pessoal, de terapias e de atividades socioeducativas, elevada sobrecarga para as famílias e sentimento de exaustão dos cuidadores, percepção da parte das pessoas com deficiência de que o seu estado de saúde se agravou desde o início da pandemia. Neste relatório é ainda denunciada a incapacidade que a Escola revelou de atender às especificidades concretas dos/as alunos/as com deficiência. São também identificadas situações de discriminação relacionadas com a pandemia em cerca de 11% dos inquiridos, entre as quais: sentimento de abandono associado à falta de apoio e de informação específica; inacessibilidade à informação e comunicação e falta de sensibilização sobre as necessidades das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A oportunidade de reflexão profunda em torno da situação social dos grupos mais desfavorecidos continuou a elevar-nos para lugares de maior amplitude: estaríamos suficientemente atentos/as, estudantes e estagiários/as de Educação Social, antes da pandemia, às razões mais profundas das desigualdades sociais e da exclusão, das quais os grupos minoritários e explorados têm sido vítimas?

No auge da crise pandémica, ao mesmo tempo que aumenta a pobreza, o número de desempregados, e em que se reclama o reforço da despesa pública com a saúde e com a proteção social, constatou-se que a fortuna dos multimilionários aumentou 29% (O Jornal Económico, 7 de outubro de 2020). Não estávamos todos no mesmo barco, ao contrário da mensagem que se propagou pelo mundo fora, criando a ilusão de uma pandemia democrática. Pelo contrário, as evidências de acentuação das desigualdades pareciam reclamar uma outra democracia.

Partindo do confronto da nossa própria experiência com diferentes experiências dos grupos de estágio da turma, integrados em organizações educativas e sociais da comunidade, questionava-se o abandono que decorria da opção praticamente generalizada de deixar de apoiar presencialmente as populações, bem como

um défice de respostas às necessidades das pessoas, agora mais agravadas. Cumpriam-se determinações do Estado de Emergência, seguiam-se as orientações da DGS e fechavam-se Centros de Dia e de Convívio, Centros de Atividades Ocupacionais, escolas e outros espaços educativos, suspendiam-se inúmeras ações de apoio à população integrada em programas de apoio social, maioritariamente população em situação de pobreza, entre muitos outros. Isolavam-se em estruturas residenciais idosos, pessoas em situação de incapacidade e jovens institucionalizados, afastados da família e da comunidade. Se era necessário defender a saúde pública e aumentar a segurança sanitária, os danos desta opção agudizavam de modo preocupante a qualidade de vida das populações.

A crise pandémica obrigou-nos a (re)olhar para as condições pré-existentes do apoio social: a centralização de respostas e de serviços que resulta num maior afastamento entre as pessoas e essas mesmas respostas, permeado por vezes por um excesso de burocracia e por uma ação que coloca os sujeitos como objetos da intervenção. Em alternativa, uma relação de proximidade entre as pessoas e os serviços reclama uma intervenção social que se confunda com a ativação das energias locais, mais coletiva, mais próxima dos territórios, das suas gentes e mais participada. A ação social e o reforço da coesão social exigem uma ação preventiva, coesa e comunitária, suportada por políticas públicas permanentes, expressão do direito das populações e da responsabilidade do Estado Social, razão pela qual a resposta ao problema de hoje – a crise pandémica – precisa de se inscrever numa temporalidade mais longa.

5. O resgate de coordenadas fiéis à humanização e à transformação

Contrariando toda a lógica de um mundo complacente com a desigualdade e a exclusão social, é preciso ir numa direção oposta que nos encaminhe para um outro futuro, coerente com o presente que se defende. A direção que aqui destacamos refere-se ao resgate de valores e perspetivas que precisam urgentemente de enraizar na nossa forma de vida. Valores que, não sendo novos, mantêm vivas as alternativas e rompem, na sua essência, com a tirania e a opressão, ao mesmo tempo que se cruzam com uma perspetiva de Educação Social comprometida com a humanização e a transformação e, por essa razão, necessariamente comprometida com os grupos minoritários.

Perante uma sociedade centralizada nas aspirações dos mercados e na vertente económica, com a pandemia e o confinamento, assistimos a uma acentuação da desvinculação do humano e do social (Santos, 2020). As necessidades e os desejos das pessoas são ignorados, as suas vozes silenciadas e as suas realidades por vezes reduzidas a teorias totalmente descabidas (*idem*), assente num entendimento do mundo que persiste em reduzir a realidade social “a um modelo e imagem únicas, em que o discurso e o poder ditam a sua lei do centro para as margens, do topo para as bases” (Monteiro, 2019, p.70). Esta desvinculação do humano e do social - e do local, acrescentamos - reclama a necessidade urgente de se romper com uma prática que insiste em conhecer e compreender determinada realidade apenas por um dos lados, recuperando uma outra prática em que, a partir de várias perspetivas e narrativas possíveis das pessoas que vivem e sentem a realidade, tenta conhecer e compreender a mesma para que seja possível, no coletivo, libertarem-se das amarras da opressão a que são sujeitos (Freire, 1972) e desenhar o futuro no presente com a convicção de que o que não foi ainda alcançado poderá vir a alcançar-se.

No entanto, a libertação não surge por si só, mas pela *praxis* de uma permanente busca da mesma, da consciência e do reconhecimento de que é necessário lutar por ela, como nos lembra Paulo Freire (1972). Só a partir da *praxis*, em que a reflexão e a ação estão de mãos dadas, é que se edifica o processo de conquista, de descoberta e de transformação: os sujeitos vão-se sentindo mais capazes de reconhecer os seus direitos, de hastear a bandeira da mudança no coletivo, de agir na relação consciência-mundo. Em tempo de crise é ainda mais urgente resgatar este sentido ético de valorização genuína dos sujeitos, das histórias e necessidades contadas na primeira pessoa, condição para edificar a participação como valor central de construção coletiva de alternativas democráticas e, necessariamente plurais: uma *sociedade de vozes várias* será uma *sociedade de respostas várias* (Monteiro, 2019).

Vivemos numa sociedade em que aquele que é diferente, a pessoa com deficiência e/ou incapacidade, é reduzido ao estado do seu corpo, como se a sua condição a definisse enquanto ser humano (Santos et al., 2018), uma sociedade incapaz de dar respostas às necessidades das pessoas, quer no sentido de reconhecer essas mesmas necessidades, quer no que respeita ao acesso à mobilidade e às condições que lhes permitam

desfrutar da vida de forma digna (Santos, 2020). Continua a ser necessário (re)pensar e discutir sobre a deficiência, como conceito aberto e em evolução, fundamental para nos posicionarmos e recuperarmos uma perspectiva que valoriza a essência das pessoas com deficiência e/ou incapacidade e que advoga pela inclusão social, pela participação democrática em circunstâncias de igualdade na sociedade. Valorizar e respeitar a diferença do outro, enquanto pessoa que é diferente de nós e nós dele, é reconhecê-la enquanto pessoa que influencia e é influenciada, na sua singularidade e enquanto parte integrante da sociedade, valorizando as suas experiências e perspectivas, necessidades e potencialidades. É ainda um desafio face à nossa forma de *pensar, estar e ser*, pois implica que, a partir de um olhar sensível e empático, sejamos capazes de desconstruir os nossos estereótipos e ampliar um olhar que, por vezes, é limitador – não apenas para a ação, para a mudança, como também para a vida da outra pessoa.

Estar comprometidos com este modo de intervir exige que tenhamos consciência da nossa responsabilidade, enquanto profissionais que intervêm próximos da realidade social, que estabelecem laços relacionais com base na confiança mútua e na disponibilidade para ver o outro a libertar-se e a transformar-se. A capacidade de entrega e espírito aberto face ao desconhecido e ao futuro são outros grandes alicerces para construirmos, no coletivo, novas formas do presente (Baptista, 2012). Estando nós em contacto com o local, assumir que já conhecemos tudo é uma mera ilusão. Como alertava Paulo Freire (1997, citado por Fernandes, 1998, p.133), “é preciso que, primeiro, quem sabe saiba que não sabe tudo (...)”. Reconhecer que este é um processo de aprendizagem e de constante transformação, coloca-nos numa posição humilde de que não existem caminhos definidos e absolutos, mas percursos honestos que nos dão confiança para não desistir de percorrer caminhos significativos para os sujeitos e as suas comunidades. Neste renovado compromisso, é fundamental saber avançar na incerteza, convictos do caminho que desejamos percorrer (Baptista, 2012). Perante processos em aberto, não há certezas, mas há um futuro, oportunidades e a busca de novas formas de pensar o presente e de o fazer acontecer.

A consciência da nossa responsabilidade “que se mede por referência aos interesses do outro e que, como tal, se deixa transbordar a bondade” (Baptista, 2006, p.66), amplia horizontes deste comprometimento para lá da técnica: “Reduzir a responsabilidade a uma dimensão meramente técnica significa, na realidade, empobrecer o espaço de decisão” (Baptista, 2006, p.67), acrescentamos, o espaço da decisão coletiva, expressão da dimensão educativa e participativa da ação. Neste sentido, não será demais acrescentar que não há neutralidade em Educação: o resgate de valores humanistas, participativos e comunitários acontece num comprometimento profundo com um determinado modelo de intervenção social e de sociedade.

Abraçar os valores éticos imprescindíveis aos profissionais do trabalho social e educativo, a partir de um pensamento e posicionamento claro e consciente, nunca fez tanto sentido como agora. A capacidade de entrega e de espírito aberto face ao desconhecido e ao futuro, de acreditar na mudança a partir da ação de uma pedagogia humanizadora, como defende Freire (1972), a humildade em reconhecer que aprendemos em interação com os indivíduos, a confiança, a valorização e o respeito pela história e narrativa, perspectiva e essência do outro é permitir que os sujeitos se sintam reconhecidos na sua singularidade, nas suas histórias e narrativas, e confiantes por se envolverem – de forma livre e consciente – numa realidade que é deles e que por eles deve ser contada e compreendida. Acreditamos que as pessoas se reconhecerão como sujeitos de liberdade numa sociedade que recupere valores fiéis à humanização e à transformação.

6. Conclusões

Esta foi a história de um coletivo que projetou para o futuro a vontade de caminhar rumo a patamares mais democráticos de inclusão e de igualdade social. Um coletivo que, antes da pandemia, reclamou por um outro desenvolvimento e que, com a pandemia, veio a confrontar-se com o agravamento da (sua) situação. Um coletivo que viu o seu desejo de dançar com outros transformar-se em afastamento, mas que precisa de continuar a dançar, mesmo durante a pandemia, sob pena do isolamento e da desvantagem regredirem para lá do aceitável em democracia.

A pandemia e o conseqüente confinamento confrontaram-nos a todos/as (estudantes e professores) com a necessidade de se reequacionar a formação e de refletir sobre o Estágio de Educação Social. Os meses que se seguiram desencadearam movimentos de reflexão coletiva sobre a pandemia, a sociedade, a Educação Social e a intervenção social; gradualmente resgataram-se valores e princípios que nos comprometem, como

peçoas, cidadãos/ãs e profissionais, com a construção de um mundo melhor. Ampliar reflexões para patamares que nos coloquem numa temporalidade mais longa permite-nos pensar sobre os modelos de relação social e do trabalho social, agitam-nos a sonhar e a fazer caminho. Foi o que aconteceu durante as aulas de Seminário: ampliaram-se olhares e pensamentos, aumentamos a consciência reflexiva e crítica, desafiando o nosso sentido ético e papel ativo na construção da identidade pessoal e profissional (também coletiva). Estas reflexões, algumas aqui discutidas, são, portanto, do domínio da *praxis*. Quando nos situamos e posicionamos, vamos percebendo de forma mais clara as grandes orientações que nos movem, na reflexão e na ação. Quando agimos localmente a partir de dentro – também na nossa própria formação – participamos nesta construção do conhecimento.

As aprendizagens construídas ao longo do Estágio refletem o desenvolvimento de uma consciência mais crítica também em termos teórico-metodológicos. Com um sentido de projeto que reclama a flexibilidade, a participação e a permanente ligação às pessoas e aos seus contextos, foi mais fácil situarmo-nos perante as alternativas. Resgatava-se a importância da *praxis*, mais uma vez. Talvez esta crise tenha evidenciado a importância de se reforçar no campo da intervenção social a matriz metodológica que mais contribui para a emancipação e a transformação das populações, a Investigação-Ação Participativa.

Vimos que a aproximação entre uns e outros na construção coletiva do conhecimento e da ação, princípio central de uma Educação Social emancipatória centrada nos sujeitos e nas comunidades, ficou fragilizada durante a pandemia. Se, por um lado, o afastamento na vida social se impunha como forma de cuidar da saúde pública e de reverter a crise pandémica, por outro lado, questionavam-se os excessos securitários e pouco democráticos do ponto de vista dos obstáculos à participação e à emergência do sujeito. Com a acentuação da distância, em muitos casos a mesma distância que pauta a relação entre serviços e pessoas, sentiu-se o profundo esvaziamento e fragilização do laço social. No âmbito do estágio, o contacto *online* com o coletivo da Associação permitiu sentir de perto a intermitência da relação, os desencontros na comunicação, bem como a perda de profundidade e de intensidade da relação. Tratou-se, contudo, de uma alternativa possível e desejável no momento para que se combatesse o desacompanhamento e se valorizassem as pessoas. Perante o afastamento, procurávamos perceber como poderíamos resgatar o compromisso com as pessoas que nos orienta para uma opção pela proximidade, pela participação, pela construção coletiva e comunitária do conhecimento e da ação.

Terminamos com Ana Benavente e Sónia Vladimira Correia (2020) para referir que, de certa forma, a crise pandémica reafirmou o dever que temos no Ensino Superior de contribuir para a reflexão sobre a sociedade, neste movimento de pesquisa-ação sobre o mundo que temos e sobre o mundo que queremos: “Os períodos de crise (...) criam condições para a elaboração de alternativas portadoras de futuro. A Universidade tem um importante papel a desempenhar neste futuro. E nós com ela” (p.15).

Referências

- Benavente, A, & Correia, S. V. (2020). Políticas educativas nos tempos actuais: Desafios e Paradoxos. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, 6(2), 7-18. DOI 10.24115/S2446-6220202062906p.7-18. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/341714972_Políticas_educativas_nos_tempos_actuais_desafios_e_paradoxos
- Baptista, I. (2006). *Actas do encontro de intervenção social: saberes e contextos*. Porto: Paula Frassinetti. Acedido a 12 de junho de 2020, disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13014/1/Problemas%2c%20dilemas%20e%20desafios%20c%3a9ticos%20na%20interven%3a7%3a3o%20s%3b3cio-educativa.PDF>
- Baptista, I. (2012). Ética e Educação Social Interpelações de contemporaneidade. *Pedagogia Social, Revista Interuniversitaria*, 19, 37-49. Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13454/1/02_baptista.pdf
- Barros, R., & Choti, D. (Orgs.) (2014). *Abrindo caminhos para uma educação transformadora. Ensaios em Educação Social, Filosofia Aplicada e Novas Tecnologias*. Lisboa: Chiado Ed.

- Carmo, R, Tavares, I., & Cândido, A. F. (Orgs.) (2020). *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE. ISBN: 978-972-8048-58-7. DOI: 10.15847/CIESOD2020covid19.
- Costa, A. F. (2020). Desigualdades sociais e pandemia. In R. Carmo, I. Tavares., & A. F. Cândido (Orgs.), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19* (pp. 4-16). Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE. ISBN: 978-972-8048-58-7. DOI: 10.15847/CIESOD2020covid19.
- Fals-Borda, O. (1999). *Kinsey Dialogue Series #1: The origins and challenges of Participatory Action Research*. Massachusetts: Center for International Education. https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=cie_participatoryresearchpractice.
- Fernandes, J. V. (1998). Da alfabetização/educação de adultos à educação popular/comunitária: relevância do contributo de Paulo Freire. In M. Apple, C. A. Torres, P. Furter, A. Puiggrós, J. V. Fernandes, A. M. Saul, & A. Nóvoa, *Paulo Freire: Política e pedagogia* (pp.129-150). Porto: Porto Editora.
- Freire, P. (1972). *Pedagogia do oprimido* (48ª Ed.). Porto: Afrontamento.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra Desenvolvimento Local – Investigação Participativa Animação Comunitária* (Dissertação de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Machado Pais, J. (2002). *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mariano, A. L. S., & Lima, E. F. (2017). A dimensão intelectual do trabalho docente e o lugar do conhecimento escolar: do intelectual transformador à pedagogia histórico-crítica. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, (9)18, 262-281. Disponível em <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/710/pdf>
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo». Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação Sociedade & Culturas. Celebrando Paulo Freire: Novos e velhos desafios na educação*, (54), 65-84. Disponível em https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC54_HMonteiro.pdf.
- ODDH (2020). *Pessoas com deficiência em Portugal. Indicadores de Direitos Humanos 2020*. <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/483-relatorio-oddh-2020>.
- O Jornal Económico (2020, outubro 7). *Fortuna dos multimilionários já cresceu 8,7 biliões de euros durante a pandemia da Covid-19*. Acedido a 11 de janeiro de 2021. Disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/fortuna-dos-multimilionarios-ja-cresceu-87-biloes-de-euros-durante-a-pandemia-da-covid-19-646390>.
- Rossi, P., & Munster, M. (2013). Dança e deficiência: uma revisão bibliográfica em teses e dissertações nacionais. *Revista de Educação Física*, 19(4), 181-205. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/39132/27450>.
- Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina. <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>.
- Santos, R. F., Gutierrez, G. L., & Roble, O. J. (2018). Dança para pessoas com deficiência: um possível elemento de transformação pessoal e social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, (41)3, 271-276. Acedido a 22 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328917301191>
- Sic Notícias (2020, dezembro 11). *Pandemia com impacto muito expressivo na vida das pessoas com deficiência e cuidadores*. Sic Notícias. Acedido a 11 de janeiro de 2021. Disponível em <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-12-11-Pandemia-com-impacto-muito-expressivo-na-vida-das-pessoas-com-deficiencia-e-cuidadores>
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação Social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, II(1), 11-26. <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>.

- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 442-466. Acedido a 9 de janeiro de 2021 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>
- Veiga, S., Timóteo, I., & Monteiro, H. (2020). O lugar da ética em Educação Social. In I. Nascimento; & P. Neto (Org.), *Ensaio sobre ética e investigação em Psicologia e em Educação* (pp. 29-36). Porto: Legis Editora ISBN: 9789897300721.